

## Editorial

# Guerra, violência e destruição

Luciano Zanetti Pessôa Candiotto

O primeiro semestre de 2022 tem sido marcado por uma guerra de grandes proporções entre Rússia e Ucrânia, assim como pela continuidade do processo de desmonte da política e da fiscalização ambiental no Brasil, que, por sua vez, intensifica as injustiças ambientais e as violências contra pessoas e contra os ecossistemas do país. Apesar de serem temas com diferentes intencionalidades, escalas e consequências, dois elementos são comuns e estão diretamente relacionados ao escopo de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**. O primeiro deles diz respeito à relevância da política na organização do espaço geográfico e, conseqüentemente, na vida de cada um de nós. O segundo está relacionado aos efeitos destas ações no ambiente, geralmente devastadores.

A guerra, independentemente dos motivos, sempre é algo vinculado à destruição. Trata-se da destruição de objetos técnicos (edifícios, residências, pontes, usinas geradoras de energia etc.) e de elementos naturais (da fauna, da flora, da degradação física e da contaminação química de solos e águas), mas também e sobretudo de vidas, de histórias e de vínculos familiares. A guerra por território e por recursos naturais faz com que nada seja poupado, pois a apropriação de algo pode se dar com base em uma destruição anterior de qualquer elemento que esteja dificultando este processo. E destruir é bem mais fácil do que construir!

Para se construir qualquer objeto técnico, são necessários recursos naturais e o trabalho humano. Os recursos naturais, provenientes de elementos bióticos e abióticos,

são transformados em novos produtos, através do trabalho intelectual, braçal e de máquinas. Mesmo as máquinas, são produtos da combinação entre recursos naturais e trabalho. E os mísseis, as bombas e as balas, construídos e manipulados por pessoas, rapidamente destroem aquilo que foi construído por meio de processos naturais, assim como pelo trabalho e pela produção de uma natureza transformada.

Ecossistemas que evoluem ao longo de séculos podem ser rapidamente destruídos por artefatos humanos de guerra. As armas químicas podem contaminar pessoas e recursos naturais. E o uso de armas nucleares poderia intensificar ainda mais este processo de destruição.

A grande maioria dos seres humanos não quer guerra; porém, quando você é atacado, é preciso se defender. Isso gera uma nefasta espiral de ódio, intolerância e violência. Apesar de também estarmos vivenciando uma guerra de informação, é certo que esses valores estão predominando entre ucranianos e russos. Por outro lado, valores como paz, liberdade e harmonia, que deveriam embasar nossas ações perante a natureza – seguindo pressupostos de pensadores como Murray Bookchin, Enrique Leff e outros –, também, necessariamente, precisam ser aplicados em nossas relações sociais.

Já são mais de 100 dias de guerra na Ucrânia, e não há perspectivas de que ela termine tão cedo. Certamente, esta guerra já está influenciando a geopolítica internacional, porém, esse pode ser um assunto para outro momento, onde, talvez, fiquem mais claras quais serão suas consequências na escala global, inclusive ambientais, especialmente na própria Ucrânia.



Falar sobre o outro tema, ligado à continuidade do processo de desmonte ambiental no Brasil e à agudização das injustiças ambientais, parece ser “chover no molhado”. Desde a criação e o lançamento de **AMBIENTES**, esta questão tem permeado os editoriais, além de ser algo que todos temos acompanhado com aflição.

Ao buscar fazer uma breve análise conjuntural de cada semestre nos editoriais, tem sido comum mencionar os retrocessos na política ambiental brasileira, que envolve diversas ações atinentes ao planejamento, à gestão e ao monitoramento/fiscalização (e sobretudo à falta ou inadequação deles!). Por sua vez, como consequência desses retrocessos, vivenciamos as mais diversas injustiças ambientais, relacionadas à expansão do desmatamento e das queimadas; ao uso crescente e indiscriminado de agrotóxicos; à desterritorialização de camponeses, indígenas e outros sujeitos sociais; à ataques a estes sujeitos, bem como a ativistas; à invasão de terras indígenas, unidades de conservação e outros territórios públicos, por atividades neoextrativistas (sobretudo a mineração), agrícolas e pecuárias; à falta de transparência nas informações sob responsabilidade do governo federal etc.

Nesse primeiro semestre de 2022, o Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia (IMAZON) divulgou os dados de desmatamento na Amazônia legal no ano de 2021, que foi o ano com maior desmatamento nos últimos 10 anos, com 10.362 Km<sup>2</sup> de florestas nativas destruídas. Esse montante foi 29% superior ao ano de 2020. Para agravar ainda mais a situação, os dados indicam que 47% da área desmatada em 2021 estão localizados em territórios públicos, entre eles, unidades de conservação. Além disso, a projeção de desmatamento do IMAZON para 2022 é de mais de 15.391 Km<sup>2</sup>.

Com relação aos agrotóxicos, 2021 também foi um ano marcado pelo preocupante recorde em termos de aprovação de novos produtos. Foram 552 aprovações,<sup>1</sup> com amplo apoio de grandes empresas do setor agroalimentar. Segundo o relatório “Toxic Trading: the EU pesticides lobby’s offensive in Brazil” (BOMBARDI, CHANGOE, 2002), grupos que representam a Bayer, a Basf e a Syngenta já gastaram cerca de 2 milhões de euros para apoiar o *lobby* do agronegócio no Brasil. Esta estratégia tem sido usada para que essas empresas possam vender agrotóxicos que são proibidos na União Europeia para o Brasil.

---

<sup>1</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/31/governo-bolsonaro-abriu-a-porteira-para-agrotoxicos-perigosos-em-2021#:~:text=De%201%C2%BA%20de%20janeiro%20a,na%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20outros%20agrot%C3%B3xicos.>

“Juntas, Bayer e BASF tiveram 45 novos agrotóxicos aprovados nos últimos três anos, sendo que 19 deles contêm substâncias proibidas na União Europeia.” (p. 03).

Por outro lado, a divulgação de dados sobre o monitoramento da presença de agrotóxicos em alimentos, sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), está bastante atrasada. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) teve seu último relatório publicado em 2019, com dados de 2017 e do primeiro semestre de 2018. Desde então, não houve mais divulgação de dados a respeito desta questão.<sup>2</sup>

Quanto aos conflitos e mortes no campo, a Comissão pastoral da terra (CPT) registrou 35 assassinatos em conflitos no campo no ano de 2021, com destaque para a Amazônia. A alta foi de 75% em comparação com 2020, quando foram registrados 20 homicídios. Além dos homicídios, as mortes por conflitos no campo, ou seja, os óbitos decorrentes das ações, mas que não se configuram como homicídios, aumentaram 1.100% na comparação entre 2021 e 2020. Foram 109 mortes no ano passado, contra 9 em 2020. Um exemplo foi registrado em outubro de 2021, quando crianças indígenas foram sugadas por dragas em um garimpo. A região mais afetada foi a terra indígena Yanomami: foram 101 mortes, a maioria em decorrência da ação da garimpeiros.

Entre os mais diversos eventos relacionados a conflitos, violência e homicídios no campo e nas florestas em território brasileiro, como não destacar o brutal assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, ocorrido recentemente na Amazônia? Desde o desaparecimento deles, houve uma comoção em nível nacional e internacional, contrastada com uma atuação, no mínimo, questionável do Estado, no processo de busca de Bruno e Dom, e de elucidação do crime.

Bruno Pereira era um indigenista com grande conhecimento e contato com grupos indígenas isolados. Após ser exonerado, em 2019, do cargo de coordenador-geral de Índios Isolados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), se licenciou para poder continuar desenvolvendo seu trabalho direto com os indígenas do Vale do Javari, no oeste da

---

<sup>2</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/14/anvisa-para-de-testar-presenca-de-agrotoxicos-nos-alimentos>

Amazônia, atuando como assessor na União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA). Dom Phillips era um jornalista britânico, correspondente do Jornal “The Guardian”, que vivia no Brasil há 15 anos, e que estava escrevendo um livro com o título “Como salvar a Amazônia?”. Mas por que eles foram assassinados? Talvez, nunca saibamos efetivamente, pois crimes sem elucidação têm, lamentavelmente, sido comuns no Brasil.

Os assassinatos de Bruno e Dom reforçam a tese defendida pela jornalista Eliane Brum de que há uma guerra na Amazônia, velada e silenciosa, promovida por criminosos que têm se apropriado de suas riquezas naturais e intensificado a violência na região, com a conivência do Governo Federal.<sup>3</sup> Considerando que o Brasil é um dos países mais perigosos para ativistas ambientais, e sabendo que a Amazônia tem, cada vez mais, se tornado uma “terra sem lei”, Bruno e Dom foram as mais recentes vítimas desta guerra.

Apesar da tristeza e indignação, espero que esse acontecimento contribua para despertar os brasileiros para esta guerra na Amazônia, principalmente no que diz respeito aos causadores dela, que se encontram não somente na Amazônia, mas, também, de forma indireta, nas metrópoles e em Brasília.

Mesmo com a comoção com as mortes de Bruno e de Dom, é importante salientar que existe uma marcante invisibilidade das injustiças ambientais no Brasil. Talvez, se Dom Phillips, que é um jornalista britânico, não estivesse junto com Bruno Pereira, o desaparecimento de Bruno não teria atingido à proporção que atingiu em termos de audiência nacional e internacional. Estratégias de ocultação, relativização e criminalização de inúmeras lutas, conflitos e injustiças (socio)ambientais têm sido amplamente utilizadas no Brasil. Tornar estes sujeitos invisíveis, é fundamental para que a sociedade não entenda, não apoie e não se engaje nessas lutas.



---

<sup>3</sup> <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/N%C3%A3o-%C3%A9-incompet%C3%Aancia-nem-descaso-%C3%A9-m%C3%A9todo>

Na tentativa de contribuir para dar visibilidade a lutas contra injustiças ambientais, este número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política** apresenta uma entrevista com duas mulheres, que, junto com os demais moradores de sua comunidade, têm sido vítimas de um processo de sofrimento e de racismo ambiental. Apesar de, comumente, os periódicos científicos publicarem entrevistas, estas costumam se dar com pesquisadores, professores ou profissionais com formação acadêmica. Contudo, a entrevista “*Então, nós vivemos o racismo ambiental...*”, conduzida por **Thiago Roniere Rebouças Tavares**, procurou, de forma inovadora, “dar voz” a duas mulheres afetadas pelas atividades da empresa Ternium Brasil na Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro. As entrevistadas **Aline Christina Marins Marinho** e **Maria Sueli Barreto** são moradoras do bairro de Santa Cruz, Rio de Janeiro, e relatam os problemas gerados pela instalação e operação da referida empresa.

Além da citada entrevista, este número de **AMBIENTES** é composto por oito artigos e por uma resenha, com temas que perpassam alguns elementos destacados neste Editorial.

Ao discorrer sobre a atuação da empresa Vale S. A. na exploração de minério de ferro na província mineral de Carajás, **Bruno Cezar Pereira Malheiro** mostra como as grandes empresas mineradoras têm se beneficiado do apoio governamental para expandir sua territorialização corporativa. O artigo “*Territorialização corporativa e geografias de exceção: Mineração e o governo bio/necropolítico do território na Amazônia*” também desvenda as estratégias de “gestão social” utilizadas pela Vale S. A., suas consequências em termos de desmobilização popular, a retórica da sustentabilidade empregada em ações de marketing, a flexibilização de dispositivos jurídicos para atender aos interesses da empresa, entre outros elementos que influenciam na expansão de uma razão corporativa que, cada vez mais, inibe as possibilidades de protagonismo das populações tradicionais nesses territórios, onde a exceção se torna regra.

O segundo artigo trata de outro tema que está intimamente associado a diversas injustiças e problemas ambientais no país: o caráter hegemônico do agronegócio.

**Warllen Torres Nannini**, no artigo “*A consolidação do agronegócio como modelo de produção hegemônico no Brasil e as externalidades da sua expansão*”, faz um resgate histórico da territorialização do capital no campo, considerando a constituição do patronato rural no país, suas estratégias de ação e de marketing, e, por outro lado, os impactos socioambientais do agronegócio. O autor explora elementos materiais e simbólicos relacionados à expansão do agronegócio no Brasil.

Em “*Contribuições de Marx sobre a relação sociedade-natureza e o imperialismo ecológico na América Latina*”, **Aline Recalcatti de Andrade** discute elementos do pensamento de Marx e Engels que podem configurar uma “ecologia marxista”. O artigo trata dos conceitos de metabolismo social e da “fratura” que o ser humano, através do modo de produção capitalista, estabelece em suas relações com a natureza. A partir daí, Aline de Andrade aborda o debate sobre imperialismo ecológico na América Latina, dialogando com autores da Ecologia Política latino-americana.

No artigo “*Resíduos de agrotóxicos em alimentos no Brasil: Considerações acerca do monitoramento do PARA (2001-2018)*”, **Shaiane Carla Gaboardi** apresenta uma compilação dos dados oriundos dos relatórios do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entre os anos de 2001 e 2018. A autora analisa os dados e as metodologias utilizadas para a produção dos relatórios, e também discute os parâmetros de avaliação utilizados, estabelecendo uma relação com o debate sobre injustiça ambiental.

**Lucas Zenha Antonino, Valdirene Santos Rocha Sousa e Guiomar Inez Germani** contribuem para a elaboração de uma cartografia da mineração no estado da Bahia, considerando requerimentos, concessões e conflitos decorrentes. No artigo “*Mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo*”, os autores analisam o panorama atual desses conflitos; as principais substâncias minerais extraídas; os municípios com exploração de minérios e conflitos; as comunidades ou populações afetadas e as principais dimensões da vida humana e da natureza impactadas nesses contextos.

**Manuel Madeira Macandza** e **Ulisses Franz Bremer** discorrem sobre as mudanças na política florestal de Moçambique e suas consequências no processo de exploração das florestas, a partir do Programa de Ajustamento Estrutural, iniciado em 1987. Analisando especificamente os distritos de Mabote e de Funhalouro, na província de Inhambane, o artigo “*Política florestal e Programa de Ajustamento Estrutural versus exploração florestal em Moçambique*” demonstra que houve aumento na supressão da cobertura florestal e priorização de benefícios para empresas, em detrimento da gestão de florestas pelas comunidades locais e de rendimentos obtidos por essas comunidades através da comercialização de madeira.

A disputa pela ocupação e uso de uma área florestada dentro da cidade de Belo Horizonte/MG, localizada na região do Isidoro, é utilizada como referência empírica para **Pacelli Henrique Martins Teodoro** abordar os conflitos gerados entre os interesses corporativos da empresa Granja Werneck S.A. e as populações das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória. No artigo “*Produção do espaço e conflito ambiental: As ocupações urbanas pelo direito à cidade*”, o autor, apoiado na obra de Henri Lefebvre, apresenta elementos materiais e simbólicos vinculados a essa disputa.

Com base na produção de artesanato a partir da extração de argila na Comunidade do Cafezal, município de Barcarena/PA, **Luiz Augusto Soares Mendes** e **Wesley Matheus dos Santos Cardoso** resgatam a trajetória do artesanato na comunidade, a criação de uma associação de artesãos e analisam as dificuldades para se manter esta prática, fundamentada em uma pluralidade de saberes originários-tradicionais amazônicos. Assim, o artigo “*Valores e usos da natureza amazônica: O artesanato e o potencial conservacionista da entidade agroextrativista “Natureza & Arte” na Comunidade do Cafezal em Barcarena - Pará*” trata da importância de um recurso natural (argila) na arte, na cultura e na produção de materiais artesanais, que também possuem uma dimensão econômica.

Por fim, **Dérick Lima Gomes** é o autor da resenha “*Territórios livres de mineração:*



*Uma luta propositiva construída por várias mãos*”, escrita a partir da análise do livro *Territórios livres de mineração: Construindo alternativas ao extrativismo*, organizado por Julianna Malerba, Luiz Jardim Wanderley e Tazio Peters Coelho, publicado pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração neste ano de 2022. A resenha sintetiza as lutas populares de resistência contra a mineração, bem como, a proposição de alternativas produtivas que estejam mais próximas da autonomia das populações atingidas por projetos minerários.

## Referências

BOMBARDI, Larissa M.; CHANGOE, Audrey. **Toxic Trading: the EU pesticides lobby's offensive in Brazil**. Friends of the Earth/S2B. 2022. Disponível em: <<http://s2bnetwork.org/toxictrading/>>. Acesso em 09/05/2022.

BRASIL DE FATO. Governo Bolsonaro "abriu a porteira" para agrotóxicos perigosos em 2021. **Brasil de fato**, 31/01/2022. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/31/governo-bolsonaro-abriu-a-porteira-para-agrotoxicos-perigosos-em-2021#:~:text=De%201%C2%BA%20de%20janeiro%20a,na%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20outros%20agrot%C3%B3xicos>>. Acesso em 19/05/2022.

BRUM, Eliane. Não é competência nem descaso: é método. **Nexo Jornal**, 13/06/2022. 2022. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/N%C3%A3o-%C3%A9-incompet%C3%Aancia-nem-descaso-%C3%A9-m%C3%A9todo>>. Acesso em 15/06/2022.

EBRAHIM, Raíssa. Mortes por causa de conflitos no campo disparam em 2021. **Marco Zero**, 18/04/2022. 2022. Disponível em: <<https://marcozero.org/mortes-por-causa-de-conflitos-no-campo-disparam-em-2021/>>. Acesso em 22/05/2022.

RHODEN, Júlia. Anvisa para de testar presença de agrotóxicos nos alimentos. **Brasil de fato**, 14/05/2022. 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/14/anvisa-para-de-testar-presenca-de-agrotoxicos-nos-alimentos>>. Acesso em 20/05/2022.